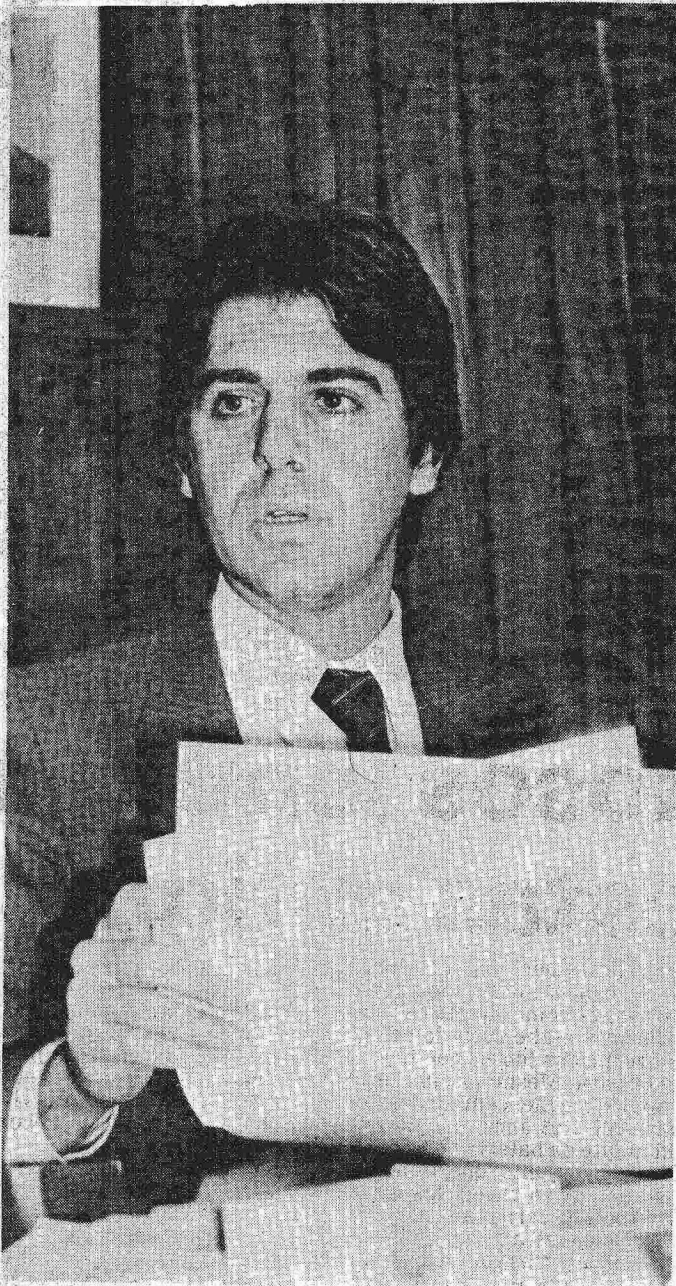


Ornellas reduz a importação em 50%

Joaquim Firmino



Jardim: gastos só os estritamente necessários

Antes mesmo das empresas estatais federais, do próprio governo federal e das demais empresas brasileiras, o governo do Distrito Federal reduziu em 50 por cento os gastos para o ano de 1983 com importações diretas e compras no mercado interno de produtos estrangeiros. A medida foi tomada ontem através de dois decretos assinados pelo governador José Ornellas e divulgados pelo seu chefe de gabinete civil, Jorge Jardim.

De acordo com os decretos, a administração direta do DF, incluindo suas empresas, somente poderá importar produtos no valor de US\$ 1,4 milhão e comprar no mercado interno produtos e serviços estrangeiros até o limite de Cr\$ 846,4 milhões. Os decretos condicionam as situações para essas aquisições, por órgão, assim como estabelecem para cada secretaria, entidade ou empresa local, o teto limite para essas compras.

O chefe do gabinete civil do GDF, Jorge Jardim, esclareceu que, para evitar tramitações burocratizantes, cada uma das secretarias tem a faculdade de promover o reajustamento interno dos limites dos valores autorizados e remanejá-los se necessário. Ele explicou ainda que parte das dotações feitas agora, como é o caso da Terracap, de US\$ 216 milhões incluem compras e amortizações de dívidas contraiadas externamente.

A Fundação Hospitalar do DF foi a entidade que mais recursos teve alocados para compra e amortizações ao longo de 1983, US\$ 800 mil, mais Cr\$ 250 milhões no mercado interno, pelo seu peso na assistência médica e social.

O Banco Regional de Brasília e a Companhia de Eletricidade de Brasília também tiveram dotações elevadas, mas condicionados a substituir por similar nacional todos os equipamentos de processamento de dados e copiadoras importadas, agora sob severas contenções.

As medidas adotadas ontem pelo Governador José Ornellas foram recomendadas por exposição de motivos do Secretário do Governo, Cesar Rômulo Silveira Neto, visando "minimizar os efeitos negativos causados pela conjuntura atual que afeta o balanço de pagamentos, em cujo contexto a balança comercial é componente significativo", diz o documento.

GDF aprova plano econômico para 83

O Governador do Distrito Federal, José Ornellas, se reuniu ontem pela manhã de 8:30 horas até 10:45 horas com todo o seu secretariado para discutir e aprovar o planejamento econômico do governo com todas as suas prioridades e Restrições para este ano de 1983.

Na primeira semana seguinte ao carnaval o governador tornará a reunir seus secretários, após o que dará uma entrevista coletiva à imprensa para detalhar, secretaria por secretaria, setor por setor, projeto por projeto, todo o planejamento adotado para 1983. Nessa ocasião, os secretários já terão analisado seus orçamentos e estruturado sua programação de dispêndios ao longo do ano.

O orçamento aprovado ontem tem como prioridades gastos com investimento no abastecimento de água, diversos projetos de esgotamento sanitário, a reciclagem e tratamento de lixo e urbanização. As obras que estão em andamento, como o ginásio presidente Médici, o hospital da Asa Norte, bem como a reforma do Hospital de Base de Brasília, ainda para este ano, terão continuidade, não sofrerão paralisação. Mas fora das prioridades dificilmente novos projetos terão início em 1983.

O orçamento ficou assim definido pelo governador já que a meta é obter um aumento máximo na produtividade da máquina administrativa, sem gastos adicionais, com melhores preços e condições de pagamentos nas licitações de seus programas para poder realizar o maior volume possível de investimentos produtivos com os mesmos recursos disponíveis. Ou seja, acompanhando o mais próximo possível a política já traçada pelo governo federal para o comportamento da economia em 1983.

O orçamento do GDF para 1983 prevê despesas da ordem de Cr\$ 221 bilhões e, como inovação, ele traz três detalhes: dada a incerteza da conjuntura econômica, ele foi desenhado em três alternativas. Se for possível obter uma redução de Cr\$ 12 bilhões nas despesas com pessoal e nas despesas com manutenção, esses recursos podem significar um aumento de Cr\$ 15 bilhões nos investimentos de capital (mais esgotos, água, saneamento) e investimentos produtivos, elevando essas aplicações para Cr\$ 56 bilhões no ano. Mas se somente for obtida uma redução de Cr\$ 6 bilhões nestes dois itens, os investimentos em capital só crescem Cr\$ 7 bilhões acima da previsão inicial de investimentos, que é de Cr\$ 41 bilhões, mantendo-se as despesas com pessoal em Cr\$ 150 bilhões e as despesas correntes em Cr\$ 25 bilhões.

O outro detalhe inovador no planejamento feito é que cada secretário de estado já conhece seu orçamento para todo o ano de 1983 — as prioridades e como seus programas propostos se encaixam nelas. E a terceira, que é decorrência dessa, é que cada secretário é responsável pela aplicação e gerência de seus programas e orçamentos, podendo remanejá-los se assim lhes convier e necessitar.